

A IRMANDADE MUÇULMANA NA SÍRIA

The Muslim Brotherhood in Syria

Guilherme Di Lorenzo Pires¹

Introdução

Quando os protestos irromperam na Síria em 2011, um dos atores que ganhou destaque na mídia é a Irmandade Muçulmana. Objeto de interpretações distintas, a Irmandade Muçulmana é, em certa medida, uma incógnita para aqueles que tentam compreender o papel que ela desempenhou e desempenha nos movimentos sociais na Síria. A Irmandade Muçulmana tomara parte na escalada de violência na década de 1970, promovendo ataques contra integrantes de comunidades minoritárias, especialmente os alauitas, grupo ao qual pertence o presidente Bashar al-Assad e as principais lideranças do partido Ba'ath. A crescente tensão entre governo e oposição teve como desfecho trágico o “massacre de Hama” em 1982, quando o presidente Hafez al-Assad, pai do atual presidente, mandou bombardear Hama a fim de eliminar uma insurgência popular liderada por movimentos religiosos.

A princípio, o regime alcançou o objetivo esperado: as manifestações foram sufocadas e as lideranças da Irmandade Muçulmana buscaram refúgio no exílio. Contudo, como Raphael Lefevre (2013) observa, algumas tendências já existentes na década anterior se acentuaram após o massacre de Hama. A primeira foi o incentivo de uma minoria de opositores a buscar abrigo em organizações transnacionais na luta contra o regime. A outra tendência foi o crescente uso de símbolos islâmicos pelo regime de Assad como forma de legitimar o exercício do poder após o massacre, almejando esvaziar simbolicamente a relevância da oposição religiosa. Assim, em longo

¹ Mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: guilherme740@gmail.com

prazo, estas tendências criariam um ambiente propício à difusão de movimentos de caráter religioso na Síria atual. Neste meio tempo, a Irmandade Muçulmana buscou se reorganizar no exterior e articular com outras lideranças marginalizadas uma nova oposição ao regime ditatorial. Porém, simultaneamente, a prudência política fez com que a organização adotasse gradualmente uma estratégia pragmática de negociação com o governo.

Esta ambiguidade não passou despercebida pelos grupos de oposição atuais que veem a atuação da Irmandade Muçulmana no Conselho Nacional Sírio com certa desconfiança. Portanto, para entender melhor o papel que a Irmandade Muçulmana desempenha hoje na Síria é preciso lançar um olhar histórico que registra as diversas etapas na relação que a organização manteve com a sociedade e com o governo.

Origem da Irmandade Muçulmana na Síria

A Irmandade Muçulmana foi um movimento social criado por Hassan al-Banna no Egito em 1928, que tinha como fundamento a renovação espiritual e a promoção do Islã enquanto princípio organizador de todas as esferas da vida social (MITCHELL, 1969). A partir da década de 1930, a Irmandade se difundiu na região através de filiais que eram estabelecidas em cada país (EL-AWAISI, 1998). No caso da Irmandade Muçulmana síria, é difícil estabelecer uma data de fundação devido ao processo gradual em que associações já existentes foram se unindo sob um novo “slogan”. Assim, o que se observa é a introdução paulatina das ideias de Hassan al-Banna pelo meio de jovens sírios que estudaram no Cairo. Estes jovens formavam nas principais cidades sírias uma rede de associações voltadas ao bem estar social e que se desenvolveram entre as classes urbanas médias e baixas nas décadas de 1920 e 1930. Deste modo, é melhor pensar em um “período de gestação” que abarcaria as décadas de 1930 e 1945. Nestes anos, a vida política e intelectual da rede de associações que passara a se denominar Irmandade Muçulmana na Síria esteve intimamente conectada à sua irmã no Egito. Inclusive, durante a repressão promovida pelo governo de Nasser no Egito contra a Irmandade em 1954, o líder da Irmandade Síria, Mustafa al-Sibai, tomou a vanguarda do movimento (CARRÉ; MICHAUD, 1983). Entretanto, a dinâmica histórica dos respectivos países

conduziu as duas organizações por caminhos diferentes, impossibilitando caracterizar a Irmandade Muçulmana síria como uma extensão da sua matriz egípcia. Avaliando a particularidade social síria, Olivier Carré e Gérard Michaud (1983) argumentam que os movimentos Islamistas na Síria, mais que movimentos sociais ou correntes doutrinárias, eles devem ser entendidos como a reação de uma comunidade sunita que, mesmo representando a maioria na sociedade, encontrava-se (e ainda encontra-se) apartada do poder.

Por outro lado, a Irmandade Muçulmana síria não apresentou o mesmo apelo popular que a Irmandade egípcia. Joshua Teitelbaum (2011) observa que durante o período de 1945 e 1958, o grupo de al-Sibai foi um corpo político que participou abertamente das eleições parlamentares desde que o país obteve a independência em 1946, ganhando quatro assentos em 1947, três em 1949, cinco em 1954 e dez assentos em 1961 (HINNEBUSCH, 1982). Como reflexo do envolvimento político, o discurso da organização síria enfatizava a natureza universal da sua mensagem e condenava o sectarismo. O pensamento da Irmandade Muçulmana síria, em contraste com o descaso de Hassan al-Banna em relação às outras religiões (MITCHELL, 1969, p.230), tinha uma visão nuançada da relação entre a sociedade islâmica e as minorias religiosas, enfatizando o apelo universal da identidade árabe. Além disso, a Irmandade síria precisava contar com o apoio eleitoral das minorias na competição política marcada pela diversidade de partidos políticos. Contudo, mesmo em tal proposição universalista é possível vislumbrar uma preocupação do grupo em proteger a comunidade sunita frente a uma possível contenda com as outras comunidades (LEFEVRE, 2013). Por fim, é importante destacar uma diferença capital entre as duas organizações no que diz respeito ao envolvimento com as instituições religiosas tradicionais: por um lado, a Irmandade egípcia se fundamentou em oposição aos ulemás e à universidade de Al-Azhar, percebida como uma instituição domesticada pelo regime dos oficiais livres; no grupo sírio, por sua vez, os ulemás tiveram um papel importante na direção do movimento (TEITELBAUM, 2011).

Estas diferenças quanto à orientação política e ideológica refletem tanto a composição social de cada organização como as dinâmicas sociais nas quais estão

inseridas. No Egito, a organização era um movimento de massa contando com algo entre 200.000 e 600.000 membros (MITCHELL, 1969), ao passo que na Síria a organização tinha entre 10.000 e 12.000 integrantes. Neste aspecto, a Irmandade Muçulmana na Síria era um movimento, entre tantos, no cenário político. Além disso, ela não conseguiu estabelecer uma mesma rede extensiva de ramificações e células tão característica da organização egípcia. Portanto, a Irmandade Muçulmana síria foi um fenômeno urbano vinculado às classes médias e que disputava com outros partidos o eleitorado urbano. Mas, em contraste com os partidos seculares, a Irmandade Muçulmana contou com o apoio da classe média tradicional sunita, composta por pequenos comerciantes, professores e ulemás. Ainda assim, apesar de contar com uma rede de mesquitas, a Irmandade Muçulmana síria nunca conseguiu estabelecer um movimento popular vasto e bem estruturado – como conseguiu o partido Ba’ath – pois os ulemás que lideravam a Irmandade na Síria não favoreciam estratégias para o estabelecimento de movimento de massa. (TEITELBAUM, 2011, p.219).

Oposição da Irmandade Muçulmana ao partido Ba’ath

Quando o partido secular Ba’ath tomou o poder em 1963, ele estava disposto a enfraquecer a Irmandade Muçulmana e a classe comerciante sunita que apoiava a organização (HINNEBUSCH, 1982). A Irmandade foi declarada ilegal em 1964 e meses depois uma revolta irrompeu na cidade de Hama. A agitação, que começara no meio colegial, logo foi assumida por grupos religiosos que declaram guerra santa contra o partido no poder. Em resposta, o general Amin al-Hafez, presidente do Conselho da Revolução, ordenou o bombardeamento da mesquita al-Sultan, um gesto que comprometeu ainda mais a imagem do partido Ba’ath entre os religiosos. Em consequência, o descontentamento se generalizou, ganhando as grandes vilas, onde as classes liberais e os estudantes exigiam a restauração das liberdades políticas e o fim do “estado de exceção”. Sobre o panorama social dos protestos, Olivier Carré e Gerard Michaud (1983) notam que as classes sociais envolvidas nas manifestações de 1964 eram praticamente as mesmas daquelas que foram reprimidas em 1982.

Raphael Lefevre (2013), por sua vez, argumenta que o golpe de 1963 representa uma mudança na ordem política síria; mudança que afetaria profundamente a dinâmica entre os movimentos sociais e políticos nos anos subsequentes, inclusive a Irmandade Muçulmana. Até 1963, membros da classe alta de Alepo, Hama e Damasco estiveram no poder, mas com o advento do partido Ba'ath, a Síria passou a ser governada por homens de origens camponesas, geralmente associados a minorias religiosas de regiões mais periféricas como a Latakia e Dar'a.

Com o segundo golpe dentro do partido Ba'ath em 1966 que delimitou a liderança do partido Ba'ath ao grupo alauíta, a Irmandade Muçulmana intensificou as críticas ao novo regime e adotou uma postura mais hostil em relação às minorias étnicas e religiosas (TEITELBAUM, 2011). Os alauítas eram considerados pela opinião tradicional sunita como uma seita herética, e o domínio do aparelho estatal por integrantes da comunidade alauíta impeliu a comunidade sunita a demonstrar insatisfação. Gradualmente, a percepção de domínio por um grupo minoritário desencadeou posturas sectárias entre membros da Irmandade Muçulmana, que abandonava, com isso, a atitude de compromisso político das décadas anteriores.

Após a subida ao poder do presidente Hafez al-Assad em novembro de 1970, a relação entre a Irmandade Muçulmana e o regime se deteriorou ainda mais levando a uma escalada da violência. Quando Hafez al-Assad deu o golpe dentro do regime, ele promoveu uma série de mudanças que transformaram o partido Ba'ath em um instrumento de articulação para uma elite bem delimitada em torno da figura do presidente. Além disso, a exclusão política da Irmandade Muçulmana, junto com a secularização promovida pelo regime e das medidas “populistas” que ameaçavam as bases socioeconômicas, restringiram o espaço de atuação tradicional da Irmandade e a autonomia do grupo (KHATIB, 2011, pp.55-65). Diante de tal cenário, a Irmandade começou a atuar em espaços privados e a divulgar uma mensagem que traduzia a insatisfação de fração da sociedade síria em um discurso religioso. Portanto, a questão religiosa conferiu profundidade e densidade a uma oposição que já estava presente desde a década de 1960, na sociedade síria (LEFEVRE, 2013, p.43).

Após a invasão Síria do Líbano em 1976, movimentos sunitas, incluindo a Irmandade Muçulmana, iniciaram um levante promovendo guerrilhas contra forças do governo. Em 1979, esta oposição chegou a um nível crítico ao ponto de ameaçar seriamente a rede de segurança e inteligência do regime, passando de escaramuças isoladas a uma revolta popular mais ampla. Em 1979, membros da Irmandade promoveram o assassinato de 83 cadetes alauítas em um quartel em Aleppo. Em 1980, o regime declarou pena capital para a filiação à Irmandade Muçulmana, e em resposta a organização intensificou os ataques contra alvos vinculados ao governo, incluindo uma tentativa de assassinato do presidente. O governo respondeu com ordens de prisão e torturas de centenas de integrantes da Irmandade Muçulmana. Ainda assim, organização manteve suas atividades em centros urbanos predominantemente sunitas como Damasco e Hama (TALHAMY, 2012). Durante o período de junho de 1980 a junho de 1981, execuções sumárias e torturas eram cada vez mais frequentes. (ABD ALLAH, 1983). Em três de fevereiro de 1982, uma unidade militar do governo fora emboscada por guerrilheiros na cidade de Hama, e a oposição declarou o início da sedição. A reação do Governo foi imediata e iniciou o sítio à cidade. Após o bombardeio de Hama, o que se seguiu foi uma campanha de tortura e execuções sumárias visando eliminar as lideranças e os simpatizantes da Irmandade Muçulmana. E após o massacre, a Irmandade Muçulmana foi obrigada a deixar a Síria e a liderança se dispersou no exílio.

Como consequência do Massacre de Hama, a Irmandade Muçulmana deixou de ser uma organização atuante na sociedade síria e foi substituída por outros movimentos, nacionais e transnacionais, que deram continuidade à militância contra o regime sírio (LEFEVRE, 2013). Por outro lado, a Irmandade Muçulmana passou por um processo de revitalização e reinterpretação da própria história durante a década de 1990, buscando se aproximar de outros movimentos de oposição ao regime de Assad. Em dezembro de 2004, a Irmandade expressou a aspiração para o estabelecimento de um Estado civil moderno na Síria através da promoção do pluralismo, do Direito e de uma sociedade civil forte. Em outubro de 2005, a organização se aliou a outros cinco partidos seculares e figuras independentes na assinatura da Declaração de Damasco, a qual defendia o estabelecimento de um regime nacional democrático. Além disso, a declaração pedia

uma reforma que fosse pacífica, gradual e fundada no diálogo e no reconhecimento de todos os grupos políticos (TALHAMY, 2012). Alguns meses depois, em março de 2006, a Irmandade Muçulmana se aproximou do antigo vice-presidente Abd al-Halim Khaddam, um dos homens poderosos do regime até ser deposto em 2005, e, junto com outros exilados sírios, estabeleceram a Frente de Salvação Nacional.

Entretanto, ao mesmo tempo em que arquitetava alianças contestando o regime, a liderança da Irmandade iniciou negociações secretas com o governo, oferecendo acomodação política desde que o regime aceitasse o retorno de alguns membros. Com a ascensão de Bashar al-Assad ao poder em 2000, o regime deu prosseguimento a esta negociação, permitindo o retorno de alguns integrantes à Síria. Em resposta, a Irmandade renunciou ao uso da violência e deu sinais de estar disposta a reconhecer a legitimidade de Bashar al-Assad. Esta postura pragmática foi mantida pelo grupo até o começo das revoltas em 2011, quando a organização declarou abertamente o apoio aos protestantes, mas negou a responsabilidade ou envolvimento na mobilização popular contra o regime (TALHAMY, 2012).

A atuação da Irmandade Muçulmana no conflito sírio

Desde o início dos protestos em 2011, a Irmandade Muçulmana cooperou com grupos seculares e atuou nos principais órgãos da oposição: o Conselho Nacional e a Coalizão Nacional Síria. Foi através destas entidades que a Irmandade Muçulmana conseguiu se projetar como um ator importante. Desde a criação em outubro de 2011, o Conselho Nacional Sírio buscou angariar apoio internacional ao mesmo tempo em que se apresentava como a entidade política legítima da oposição Síria. Porém, mesmo contando com o apoio internacional, o Conselho Nacional passou a ser contestado entre os movimentos de oposição, pois estes consideravam o Conselho uma entidade que carecia de legitimidade doméstica, sendo percebido como instrumento político da Irmandade Muçulmana. Com isso, outra aliança política foi estabelecida, a Coalizão Nacional, com a intenção de contemplar uma maior heterogeneidade política que representasse todos os movimentos de oposição (LUND, 2013). Mas mesmo assim, a Irmandade Muçulmana preservou um papel importante na nova entidade. Neste aspecto,

é importante observar como o apoio externo foi fundamental para a proeminência da Irmandade Muçulmana nestes órgãos. A Turquia, com o governo do partido AKP, abrigou alguns dos líderes exilados da Irmandade e ajudou diretamente na organização das conferências. A Irmandade Muçulmana também é favorecida politicamente e financeiramente pelo governo do Qatar.

Mas a despeito do protagonismo nestes órgãos, a Irmandade não é capaz de influenciar profundamente o desenrolar dos eventos dentro da Síria. A idade avançada e a origem na classe média de grande parte da liderança tradicional são obstáculos para a conexão da Irmandade com ativistas mais jovens das áreas mais pobres e rurais. Diante destas limitações, a estratégia adotada pela Irmandade é caracterizada por uma atitude reativa. Basicamente, ela tenta atuar conjuntamente com outros grupos. O principal espaço de atuação da Irmandade se encontra nos círculos privados. É através de laços individuais que ela consegue introduzir seus interesses na agenda política da oposição e financiar grupos paramilitares na luta contra o regime. Contudo, o apoio aos grupos paramilitares não significa que a Irmandade tenha abandonado o compromisso com o pluralismo político. Pois, apesar das aspirações teocráticas e do passado de violência sectária, a Irmandade Muçulmana promove uma abordagem Islamista moderada.

Desta forma, avaliar a real importância do papel da Irmandade Muçulmana no conflito na Síria é difícil, pois ela atua principalmente por meio de redes informais. Publicamente, ela adota uma postura de contenção, mas através de contatos individuais, ela consegue cooptar lideranças e figuras importantes. Esta tendência também ocorre no financiamento de grupos paramilitares. Contudo, não se pode induzir que o financiamento de movimentos de oposição transforme a Irmandade em um ator que dita as regras. (LUND, 2013). Trata-se de uma aproximação por necessidade e não resultado de uma verdadeira afinidade ideológica. Além do mais, a Irmandade é vista por estes grupos como uma fonte de recursos entre muitas.

Conclusão

A Irmandade Muçulmana síria não é uma simples ramificação de uma tendência global, mas poderia ser mais bem descrita como uma expressão orgânica de uma classe-

média e de um conservadorismo sunita urbano. Contudo, o longo exílio da Irmandade Muçulmana comprometeu o esforço da organização em se apresentar como um ator relevante para a sociedade síria atual. Assim, a ausência de uma voz moderada propiciou a fragmentação e a diversificação dos movimentos religiosos, abrindo espaço para movimentos de natureza mais radical (LEFREVRE, 2013). Em oposição a este hiato histórico, a Irmandade Muçulmana busca legitimar suas pretensões de porta-voz da população síria a partir da memória histórica de oposição do grupo ao governo autoritário. Realmente, é preciso destacar a eficiência da estrutura organizacional da Irmandade Muçulmana que contribuiu para o ressurgimento do grupo nos últimos anos. Porém, isso não quer dizer que a Irmandade Muçulmana encontre um amplo respaldo social, pois grande parte da sociedade síria vê com certa desconfiança a atuação da Irmandade no cenário político contemporâneo. Mais do que a ideologia religiosa, é a história de volatilidade política e interesses conservadores que fazem com que a Irmandade seja um grupo contestado entre a oposição política. Desta forma, os objetivos políticos últimos da organização ainda não são claros e evidentes para boa parte da sociedade síria, a qual nunca expressou o mesmo fascínio pela organização tal como ocorreu com a sua irmã no Egito (TALHAMY, 2012).

Quando as revoltas irromperam em 2011, a Irmandade Muçulmana era o grupo da oposição mais bem organizado e estruturado. Contudo, a Irmandade é uma organização que não está enraizada na sociedade síria, e a liderança no exílio luta agora para influenciar as gerações mais jovens. Além do exílio e da disputa entre as gerações, a Irmandade se vê diante de mais dois desafios. Por um lado, as divisões internas entre as vertentes de Hama e de Aleppo ameaçam a coesão do grupo, já bastante debilitada. Por outro lado, a ascensão de grupos Salafistas militantes que questionam a ideologia moderada e pragmática da Irmandade cria um obstáculo para o recrutamento de adeptos entre a juventude sunita. Mas ainda assim, é importante ressaltar que a incapacidade dos outros movimentos políticos de se articularem de forma coerente confere à Irmandade Muçulmana um peso desproporcional à capacidade dela de mobilizar grupos dentro da Síria. Deste modo, a despeito de todas as fragilidades, a Irmandade Muçulmana permanecerá um ator relevante cenário político sírio.

REFERÊNCIAS

ABD-ALLAH, Umar F.. **Islamic Struggle in Syria**. Berkeley: Mizan press, 1983.

CARRÉ, Olivier; MICHAUD, Gérard. **Les Frères Musulmans: Egypte et Syrie (1928-1982)**. Paris: Gallimard.1983.

EL-AWAISI, Abd al-Fattah. **The Muslim Brothers and the Palestine question 1928-1947**. London: I.B. Tauris, 1998.

HINNEBUSCH, Raymond A.. The Islamic Movement in Syria: Sectarian Conflict and Urban Rebellion in an Authoritarian-Populist Regime. In DESSOUKI, Ali El Deen Hillal (ed.). **Islamic Resurgence in the Arab World**. New York: Praeger, 1982.

KHATIB, Line. **Islamic Revivalism in Syria: The Rise and Fall of Ba'thist Secularism**. New York: Routledge, 2011.

LEFEVRE, Raphael. **Ashes of Hama: The Muslim Brotherhood in Syria**. New York: Oxford University Press, 2013.

LUND, Aron. Struggling to Adapt: The Muslim Brotherhood in a new Syria. In: **The Carnegie Papers**. Maio, 2013.

MITCHELL, Richard P. **The Society of the Muslim Brothers**. New York: Oxford University Press, 1969.

TALHAMY, Yvette. The Syrian Uprising: The Muslim Brotherhood Reborn. In: **Middle East Quarterly**. Spring, 2012, pp.33-40.

TEITELBAUM, Joshua. The Muslim Brotherhood in Syria, 1945-1958: Founding, Social Origins, Ideology. In: **The Middle East Journal**. Vol.65, n.2, spring 2011, pp.213-233.

Artigo recebido dia 05 de outubro de 2013. Aprovado em 22 de outubro de 2013.

RESUMO

O objetivo deste artigo é traçar brevemente a história da Irmandade Muçulmana na Síria e a relação da organização com a política síria. Serão abordados a fundação da organização na década de 1930, a radicalização na década de 1970, o exílio subsequente e, finalmente, o retorno na década de 2000.

PALAVRAS-CHAVE

Movimentos sociais; Islã Político; Síria.

ABSTRACT

The objective of this paper is to draw briefly the history of the Muslim Brotherhood in Syria and its relation with the Syrian politics. It will be studied the organization's foundation in the 1930's, the radicalization in 1970's, its subsequent exile, and, finally, the comeback at 2000's.

KEYWORDS

Social Movements; Political Islam; Syria